



EIXO 1: Estado, Capital e Políticas Públicas no Campo

FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE: INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA, PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Thiago Reis Góes

Doutorando do NPGA/UFBA; e-mail: thiagogoes@gmail.com

Maria Teresa Franco Ribeiro

Professora do NPGA/UFBA; e-mail: mariatfr@uol.com.br

RESUMO

O artigo analisa como a incorporação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, um projeto estatal, na carteira de investimento da Iniciativa da Integração Regional Sul-americana (IIRSA) ao estimular a consolidação de um padrão de reprodução do capital caracterizado pelo modelo primário-exportador tende a gerar novas tensões socioespaciais e agudizar os conflitos, em especial no campo. Para tanto, adotar-se uma perspectiva crítica, respaldado na abordagem da Economia Política, da Geografia Crítica e da Ecologia Política, no qual evidencia o papel do Estado e do chamado projeto Neodesenvolvimentista como elementos impulsionadores de tensões e conflitos no campo.

PALAVRA-CHAVE: Infraestrutura, Estado, Integração Sul-americana; Conflitos

INTRODUÇÃO

O projeto neoliberal que se consolidou na América Latina nas últimas décadas do século XX promoveu uma maior abertura comercial e a instensificação da inserção dos países latino-americanos no mercado global. Com intuito de melhor se posicionar frente a concorrência internacional, observou-se na América Latina a consolidação e conformação de algumas iniciativas de integração, dentre as quais a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA).

A IIRSA, desde sua concepção, expressa como sua finalidade a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação para promover a integração regional e criar novos espaços de acumulação do capital, de modo a ampliar a inserção dos produtos sul-americanos no mercado mundial.

Entretanto, na definição inicial da IIRSA, o Nordeste, incluindo a Bahia, não estava presente como espaço da integração proposta. Mas, com uma nova geopolítica mundial que se delineia, no qual a Ásia se apresenta como importante centro dinâmico de acumulação de capital e de ascensão de um novo modelo de desenvolvimento, o Neodesenvolvimentismo, no ano de 2012 o Nordeste do Brasil foi articulado a IIRSA. No caso da Bahia, o principal projeto de infraestrutura que permite sua integração é a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). A mesma passou a constar na carteira de investimentos da iniciativa.

Assim, o problema a ser tratado na presente pesquisa sustenta ao questionamento da seguinte pergunta: como a incorporação da FIOL, um projeto estatal, na carteira de investimento da IIRSA pode fomentar novas tensões socioespaciais ao estimular a consolidação de um padrão de reprodução do capital na Bahia caracterizado pelo modelo primário-exportador? Nesse sentido, o objetivo do artigo é evidenciar como a FIOL tende a agudizar os conflitos e tensões socioambientais no seu entorno.

Diante do problema e objetivo da pesquisa, adota-se uma perspectiva crítica, respaldado na abordagem da Economia Política, da Geografia Crítica e da Ecologia Política. O trabalho é de natureza predominantemente qualitativa de caráter exploratório descritivo, cuja metodologia para a investigação inclui pesquisa teórica e empírica, baseada em análises de documentos.

O trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, faz-se uma discussão teórica sobre o papel do Estado na consolidação de um determinado padrão de reprodução do capital, categoria

teórica que permite analisar o modo como o capital se reproduz em contextos históricos e geográficos específicos. Na terceira seção, evidencia-se o projeto da FIOL, sua relação com o padrão de reprodução de primário-exportador e com o projeto Neodesenvolvimentista. Na quarta seção, são evidenciados alguns elementos a cerca da relação entre a FIOL, o padrão de reprodução do capital e os conflitos no campo. Por fim, são feitas algumas considerações finais.

2- O ESTADO E A NOÇÃO DE PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A discussão em torno da integração do Nordeste e da Bahia aos países sul-americanos proposta pela IIRSA tem como premissa o fato da Bahia estar inserida em uma economia dependente, cujo processo de acumulação e reprodução do capital apresenta especificidades. Portanto, a Teoria Marxista da Dependência e a categoria padrão de reprodução do capital são as bases teóricas que fundamentam a análise.

A Teoria Marxista da Dependência busca analisar as particularidades do capitalismo na América Latina. Este corpo teórico empreende um esforço para compreender o processo de subdesenvolvimento na América Latina, bem como as especificidades do movimento do capital na região (MARINI, 1990; 2014, DOS SANTOS, 2011, BAMBIRRA, 2013). Os teóricos da Teoria Marxista da Dependência¹ apontam que o capital se reproduz de forma diferente no centro e na periferia do capitalismo, embora se trate de uma totalidade no nível do sistema mundial, qual seja: a reprodução geral do capital. É com base em tal constatação teórica que Osorio (2012a) e Marini (1982, 1977) desenvolvem a noção de padrão de reprodução do capital, o que permite compreender a concreticidade dos níveis mais elevados de abstração trabalhados por Marx (2013) em situações históricas concretas.

O padrão de reprodução pode ser definido como a condensação de um conjunto de regularidades do movimento do capital no tempo histórico e em espaços geoterritoriais definidos em um contexto da economia e do sistema político mundial (LUCE, 2011; OSORIO, 2012a). De acordo com Osorio (2012a), o capital pode se valorizar produzindo diferentes mercadorias, tomando, portanto, diferentes formas de valor de uso em cada momento histórico determinado. Osorio (2012a, p. 46) destaca que “o valor de uso da valorização define as características do capitalismo que será gerado”.

¹ Marini, 1990, Dos Santos, 2011, Bambirra, 2013

Ainda segundo Osorio (2012a, p. 46) “os processos produtivos de um ou outro valor de uso são diferentes, e diferentes são os consumidores e os mercados de tais produções, assim como as políticas estatais que daí se originam”.

Osorio (2012) ressalta que na América Latina foi possível observar, em cada momento histórico, a predominância de um dado padrão de reprodução do capital. O Padrão Agromineiro exportador, que vigorou até os anos de 1930, caracterizava-se pela forte vinculação ao mercado externo, cujo valor de uso produzido é basicamente pautado no extrativismo mineral e agrícola, sem qualquer ou pouco beneficiamento. Na segunda década do século XX, Osorio (2012a) assevera sobre a consolidação do Padrão Industrial, marcado por um processo de industrialização e de integração ao capital estrangeiro. Atualmente, segundo o autor, há a predominância de um novo padrão de reprodução, denominado de Padrão Exportador de Especialização Produtiva.

Segundo Osorio (2012b) o padrão de Exportação de Especialização Produtiva se diferencia do padrão Agromineiro exportador porque os bens que são exportados exigem maior grau de beneficiamento e, em geral, são articulados a alguma cadeia global de valor.

Padrões de reprodução distintos requerem políticas públicas distintas, atuações distintas do Estado, que, por sua vez, representa interesses de frações específicas do capital. Para Osorio (2012a, p. 72) “o capital deverá zelar para que seus interesses prevaleçam no aparato do Estado, a fim de que este impulse políticas econômicas favoráveis a seus projetos de reprodução. Assim, se manifesta a imbricação do econômico e do político na política econômica”.

3- INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E O NEODESENVOLVIMENTISMO: A FIOLE E A RETOMADA DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL AGROMINEIRO

A FIOLE está inserida em uma estratégia mais ampla de integração de regiões brasileiras ao mercado mundial capitaneada pelo Estado brasileiro, seja via execução do próprio projeto, seja no que diz respeito ao financiamento do mesmo. Ademais, a FIOLE está inserida em uma estratégia de desenvolvimento que vigorou até o ano de 2015 no país, liderado também pelo Estado e que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo.

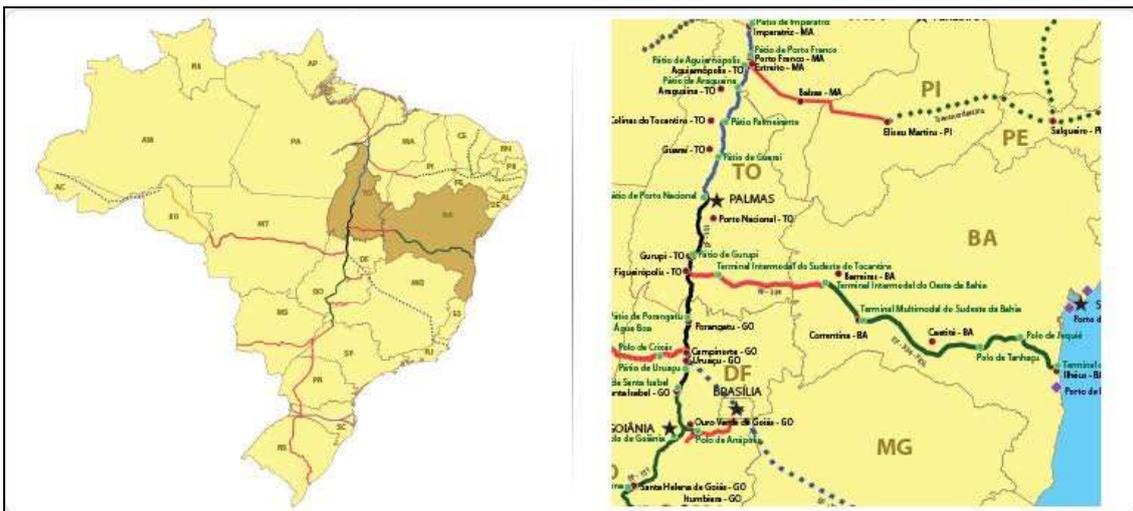
De acordo com Gonçalves (2012) são característica do neodesenvolvimentismo o papel central da exportação na dinâmica econômica e a supremacia das políticas macroeconômicas frente à política industrial, que é “subsidiária”. Para Alves (2014) no neodesenvolvimentismo o Estado capitalista brasileiro assumiu “uma função crucial, seja como Estado financiador, seja como Estado investidor (não se tratava, nesse caso, de Estado empresário que caracterizava os projetos nacionais-desenvolvimentistas pretéritos)”. Sampaio (2012, p. 685) afirma que “os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas”. Ainda segundo o autor, o neodesenvolvimentismo reforça a dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio e do extrativismo — estruturas típicas da economia colonial” (SAMPAIO, 2012, p. 682).

A emergência do neodesenvolvimentismo guarda aderência com o período consolidação de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina, o padrão de exportação de especialização produtiva. Período histórico de crescimento do fluxo de comércio e dos preços das *commodities*, associado a forte demanda asiática, e de intensificação das relações comerciais da América Latina com a China.

Foi justamente neste contexto que a Bahia, por meio da FIOLE, foi incorporada a IIRSA (IIRSA, 2012). Assim, a FIOLE faz parte de uma estratégia de expansão da malha ferroviária brasileira que tem como objetivo dar maior mobilidade ao capital, em especial o capital-mercadoria, vinculado ao agronegócio e a mineração, produtos que dão suporte ao projeto neodesenvolvimentista.

A FIOLE, já em implantação, é o principal projeto de infraestrutura que consta na carteira de investimento da IIRSA (figura 1). Trata-se de uma ferrovia que cortará horizontalmente o Estado da Bahia, interligando um novo porto, o Porto Sul, na região do município de Ilhéus, até o município de Figueirópolis no cerrado do estado do Tocantins. Com mais de 1500 km de extensão, a FIOLE passará pelos três biomas existente no estado da Bahia (Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado), por 31 municípios baianos e por diversos territórios, compreendido como espaço de uso, ao longo de sua extensão.

Figura 1 - Traçado da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)



Fonte: BRASIL, 2016

Segundo a VALEC (BRASIL, 2016), a “construção da ferrovia visa a atender, principalmente, a produção de grãos do Oeste da Bahia e a exploração de minério de ferro na região de Caetité, na área central do estado”. De acordo com dados do IBGE (2016), a produção de soja em 2014 no oeste baiano foi de 3,6 milhões de toneladas. Destacam-se também a produção de algodão de 1,5 milhão de toneladas e de milho que foi de 1,6 milhão de toneladas. O café irrigado também se expande na região, a qual produziu em 2014 mais de 28 mil toneladas. Entre o período de 1999/2000 e 2013/2014 houve um aumento de 236,32% da área plantada na região oeste da Bahia e um aumento de 294,82% da produção no mesmo período (AIBA, 2015). Atualmente, são 1.172 pivôs-centrais de irrigação, cobrindo uma área de 123.060ha no Oeste baiano (AIBA, 2015).

Com relação a mineração, destaca-se no município de Caetité, o Projeto Pedra de Ferro da Bamin, com expectativa de produzir até 20 milhões de toneladas de minério por ano (BAMIN, 2016). Trata-se de um investimento da ordem de US\$ 3 bilhões. O minério produzido (ou melhor extraído da terra) será escoado via FIOL até o terminal de uso privativo (TUP) da BAMIN, já com autorização para construção, no Porto Sul, no município de Ilhéus (BAMIN).

A viabilidade econômica da FIOL e a integração por ela proposta estão atreladas a produção do minério de ferro e a produção do agronegócio que avançou bastante nas últimas décadas na Bahia. Portanto, fortemente articulado a um padrão de reprodução

do capital com características do padrão Agromineiro, observado até a década de 1930, visto que viabiliza a apropriação de novos espaços para a produção de produtos agrícolas e minerais sem grandes beneficiamentos da produção.

4- A FIOLE E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Os territórios de influência dos projetos de infraestrutura da IIRSA para o Nordeste são constituídos de um mundo social, portanto, de sujeitos e não somente de potenciais atividades econômicas que interessa ao capital. Entretanto, a racionalidade moderna dominante, invisibiliza os lugares e seus sujeitos, conforme destaca Hissa (2009). A expansão do capitalismo produz novas cartografias, com redes de lugares, empresas, fluxos crescentes de capitais e pessoas, e, simultaneamente, produz espaços de exclusão, territórios invisíveis (Hissa, 2009).

Nos seus quase 1000 km em território baiano a FIOLE passa por uma pluralidade de territórios, compreendidos como espaços de uso, socialmente construídos, onde os distintos interesses convivem e se conflitam. Na região de influência da FIOLE, observa-se a presença de três importantes biomas brasileiros², conforme ressaltado, com grande riqueza da biodiversidade, além de existir distintos sujeitos com suas distintas formas de reprodução social, tais como os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais.

De acordo com Relatório de Impacto Ambiental da FIOLE (OIKOS, 2009), na região da FIOLE, na Bahia, são 52 comunidades quilombolas, das quais apenas duas apresentam titulação de seu território: a comunidade de Rio das Rãs e a de Parateca e Pau D'Arco. Os grupos indígenas são os Pankarú (Serra do Ramalho-BA), com área demarcada homologada, e os Tupinambás (Ilhéus-BA) que não têm áreas demarcadas. Observam-se também populações ribeirinhas ao longo do Rio São Francisco, no município de Serra do Ramalho, onde está situada a Reserva Extrativista São Francisco (OIKOS, 2009).

Nos territórios do entorno da FIOLE, bem como nas regiões onde estão situados grandes projetos de mineração e do agronegócio que tendem a ser impulsionados pela ferrovia já é possível observar conflitos por terra envolvendo quilombolas, povos indígenas, pequenos proprietários e camponeses de fundo de pasto.

² Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado.

Quadro 1- Conflitos por terra no entorno da FIOI

Município	Nome do conflito	Categoria
Bom Jesus da Lapa	Com. Quil. Lagoa do Peixe/Araçá Volta/Fiol	Quilombolas
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Bebedouro/Valec/Fiol	Quilombolas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	Indígenas
Caetité	Com. Curral Velho/Bamin/BML/Fiol	Pequenos proprietários
Caetité	Com. Manoel Vicente/Serragem/Curral Velho/Fiol/Bamin	Pequenos proprietários
Correntina	Capão do Modesto	Camponeses de fundo de pasto
Correntina	Fecho do Clemente	Camponeses de fundo de pasto
Correntina/Jaborandi	Com. Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto do Brejo Verde	Camponeses de fundo de pasto
Riacho de Santana	Com. Quilombola Agrestinho	Quilombolas
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/Com. de Salobro	Camponeses de fundo de pasto
Santa Maria da Vitória	Fundo de Pasto na Fazenda Cortesia	Camponeses de fundo de pasto
Uruçuca	Faz. Conjunto São Miguel/Manoel	Sem Terra

Fonte: CPT, 2015

Os conflitos por terra no entorno da FIOI se situam, sobretudo, em Uruçuca, no litoral da Bahia, região da retroárea do porto Porto Sul, na região do município de Caetité, onde está localizado o projeto Pedra de Ferro da BAMIN, como previsão de produção de 18 milhões de toneladas de minério de ferro, e no oeste da Bahia, e no oeste da Bahia, em especial com camponeses de fundo de pasto.

As atividades de mineração e do agronegócio, fortemente articuladas aos projetos da IIRSA, são intensivas em água e sua expansão pressiona os recursos hídricos, em especial no que diz respeito à formação e recarga de importantes bacias hidrográficas da região do semiárido, que convive com os problemas associados a falta d'água. Já são evidentes no entorno do projeto da mineração da BAMIN os conflitos por água, conforme mapeamento elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2015).

Quadro 2 - Conflito por água no entorno da Fiol

Município	Nome do conflito	Tipo Conflito	Situação
Caetité	Comunidade de Água Quente	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Araticum/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Casa da Roda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Flores/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Olho d' Água dos Pires/Projeto Pedra de Ferro/BAMIN	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Rancho do Meio/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. João Barroca/Bamin/BML	Apropriação particular	Impedimento de acesso a água
Lagoa Real	Com. Varginha/INB	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Baixa Preto/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Barra dos Crioulos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Barriguda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Baixo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Cima/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Pau Ferro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Piripiri/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Poço Comprido/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Rega Pé/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Tábuas/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Fonte: CPT, 2015

Destaca-se que a FIOLE interconecta com a Ferrovia Norte-Sul (FNS) no município de Figueirópolis, o que confere a FIOLE uma área de influência que não está circunscrita somente ao Estado da Bahia. A região oeste da Bahia está inserida em uma macrorregião de expansão do agronegócio conhecida como MATOPIBA. Assim, a expansão proposta para apoio e consolidação de uma nova fronteira agrícola e, portanto, de apropriação do espaço pelo capital, dar-se-á sobre um bioma seriamente ameaçado, o Cerrado brasileiro, e que possui grande importância na formação e recarga de importantes bacias hidrográficas, como a do São Francisco, do Parnaíba e Tocantins-Araguaia.

Como parte de um processo de produção capitalista do espaço, o fomento do agronegócio na região do MATOPIBA tende a agudizar os conflitos socioambientais, via processos de “acumulação por espoliação”. Na ocasião do lançamento do

MATOPIBA, a coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Articulação CPT's do Cerrado alertaram a sociedade brasileira, por meio de uma nota oficial, sobre o Plano MATOPIBA, considerada como “mais uma ofensiva contra o bioma Cerrado e os povos que nele vivem” (CPT, 2015).

O trecho da nota da CPT acima ressaltado evidencia claramente a relação existente a criação do MATOPIBA, sua articulação com a FIOLE e os conflitos socioambientais. Nesse sentido, compreender o processo de produção do espaço no entorno da FIOLE é imperativo analisar a ferrovia a partir de uma lógica mais ampla, de reprodução do capital, que em cada contexto histórico e geográfico assume um determinado padrão de reprodução com importantes impactos espaciais, articulado aos interesses das classes ou frações de classes dominantes, que utilizam os aparelhos privados de hegemonia para formar consensos em torno dos seus interesses, ao tempo que se apropriam e usam o Estado (ou aparelhos do Estado) para este fim. Os projetos reproduzem a mesma lógica de expansão, privilegiando ou descortinando desenvolvimento a partir da dinâmica econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido às características do projeto da FIOLE e sua articulação a um novo porto exportador, pode-se inferir que a sua incorporação a IIRSA se constitui como uma iniciativa de criação de mais um corredor de exportação para escoar a produção de *commodities* agrícolas e minerais, valores de uso mais associado ao padrão Agromineiro, definido por Osorio (2012a), que vigorou no Brasil até os anos 1930. Trata-se de uma regressão da pauta produtiva e de exportação, que realimenta a tese de que o Brasil e a Bahia, estaria passando por um processo de reprimarização e de desindustrialização, ao passo que se amplia a apropriação do espaço pelo capital e promove, pelas características das atividades do agronegócio e da mineração, o aumento dos conflitos de terra e de uso dos recursos naturais, além de desconsiderar outras formas de relação social de produção e invisibilizar sujeitos locais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Panorama Socioeconômico Do Agronegócio Do Oeste Da Bahia**. Barreiras, 2015. Disponível em: <http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/producao-e-destino-dos-graos-do-oeste-da-bahia.pdf>. Acesso em: 08/04/2016.

ALVES, G.. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e a nova degradação do trabalho no Brasil**. Baurú: Canal6, 2014. 220p

BAMBIRRA, V.. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2ed. Florianópolis: Isular, 2013.

BRASIL, VALEC. Disponível em: < http://www.valec.gov.br/acoes_programas/ >. Acesso em: set. 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia. CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 páginas.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: Castro, I. E. de; Costa Gomes, P.C. da e Corrêa, R. L. (orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

DOS SANTOS, T.. **Imperialismo y Dependencia**. Fundación Biblioteca Ayacucho, Venezuela, 2011

HISSA, Cássio E.V. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M.T.F. E.MILANI, C.R.S (Org), **Compreendendo a Complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

GONÇALVES, R.. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012

INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA). **Informe sobre la incorporación del Nordeste y Centro-Oeste de Brasil al Eje del Amazonas**, 2012. Disponível em: < http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/rc_lima12_informe_incorporacion_amazonas.pdf > Acesso: jul. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados Agregados**, 2016. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/> >. Acesso em: set. 2016.

LUCE, M. S.. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. A História de um conceito. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, março de 2011

MARINI, R. M.. Estado y Crisis en Brasil, **Cuadernos Políticos**, n.13, Ediciones Era, México, julio – septiembre, 1977, pp. 76-84.

MARINI, R. M.. Sobre el nuevo padrón de reproducción del capital en Chile. **Cuadernos de CIDAMO**, n. 7, México, 1982.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Editora Era, México, 1990, 10a edição

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital São Paulo: Boitempo, 2013.

OIKOS. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Ferrovia de Integração Oeste - Leste (EF – 334) entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA)**, 2009. Disponível em: < http://www.oikos.com.br/site_ok/FIOL.htm >. Acesso em out. 2016.

OSORIO, J.. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: Carla Ferreira; Jaime Osorio; Mathias Luce. (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. 1ed.São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a, v. , p. 37-86.

OSORIO, J.. América Latina: um novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: Carla Ferreira; Jaime Osorio; Mathias Luce. (Org.). **Padrão de reprodução do capital**.. 1ed.São Paulo: Boitempo Editorial, 2012b, v. , p. 37-86.

PAIM. E. S.. IIRSA é esta a integração que nós queremos? **Núcleo Amigos da Terra/Brasil**, Dez. 2003

PORTO-GONÇALVES, C. W.. Ou inventamos ou erramos – encruzilhadas da integração regional sul-americana. In: VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. (Orgs). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília Ipea, 2011.

RIST, G.. **Le Developement : une histoire de croyance occidentale**. Paris: Presses de Science Po. 2001.

SAMPAIO, P. A. Jr.. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012